

## DISPOSIÇÃO A PAGAMENTO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL MUNICIPAL DE CURITIBA-PR

---

Gonzalo Javier Olivares Flores<sup>1</sup>, Alexandre França Tetto<sup>2</sup>,  
Benito Orlando Olivares Aguilera<sup>3</sup>, Wilson Loureiro<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná – UFPR (golivaresflores@gmail.com) Curitiba - Brasil.

<sup>2</sup>Professor Doutor do Departamento de Ciências Florestais – UFPR.

<sup>3</sup>Professor Mestre do Departamento de Estatística – UFPR.

<sup>4</sup>Professor Doutor do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo – UFPR.

Recebido em: 02/10/2017 – Aprovado em: 21/11/2017 – Publicado em: 05/12/2017  
DOI: 10.18677/EnciBio\_2017B24

---

### RESUMO

Diversos são os mecanismos de criação e manutenção de áreas verdes sob a forma de unidades de conservação. No entanto, são poucas as políticas públicas que auxiliam financeiramente tais áreas protegidas. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a Disposição A Pagamento (DAP) por parte da comunidade de entorno em três Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNMs) de Curitiba, como subsídio para a sustentabilidade financeira destas. Os dados foram obtidos por meio de aplicação de questionários com os moradores do entorno imediato das RPPNMs no período de janeiro a junho de 2017. Foi analisado um perfil dos entrevistados, bem como sua situação socioeconômica, as atividades recreativas exercidas e a disposição a pagamento pela criação e manutenção das RPPNMs. Como resultados da análise de DAP diária, 65% dos entrevistados apresenta disposição a pagamento por RPPNMs. Desses 65%, as classes de valor com maior frequência foram de R\$ 5,00 (33,33%) seguida de R\$ 10,00 (11,67%). Os motivos para não pagamento foram variados, sendo que a resposta mais citada (14,71%) foi a de que a manutenção das áreas verdes é função da prefeitura. Desta forma, conclui-se que o sistema de pagamento em RPPNMs pode ser viabilizado, no entanto, mais pesquisas são necessárias para verificar as demandas financeiras dessas áreas.

**PALAVRAS-CHAVE:** econômica ambiental, unidades de conservação privadas, valoração contingente,

## **WILLINGNESS TO PAY IN PARTICULAR RESERVES OF THE MUNICIPAL NATURAL HERITAGE OF CURITIBA-PR**

### **ABSTRACT**

There are several mechanisms for the creation and maintenance of green areas in the form of conservation units. However, there are few public policies that financially support such protected areas. In this context, the present work had as objective to analyze the Willingness To Pay (WTP) by the surrounding community in three Private Reserves of the Municipal Natural Patrimony (PRMNP) of Curitiba, as a subsidy for their financial sustainability. The data were obtained through application of questionnaires with the residents of the immediate surroundings of the PRMNP from January to June 2017. A profile of the interviewees was analyzed, as well as their socioeconomic situation, the recreational activities exercised and the willingness to pay for the creation and maintenance of PRMNP. As a result of the daily WTP analysis, 65% of respondents are willing to pay for PRMNP. Of these 65%, the most frequent value classes were R\$ 5.00 (33.33%) followed by R\$ 10.00 (11.67%). The reasons for non-payment were varied, and the most cited answer (14.71%) was that the function of maintaining green areas is a function of the city hall. In this way, it is concluded that the payment system in PRMNP can be made feasible, however, more research is necessary to verify the financial demands of these areas.

**KEYWORDS:** Contingent valuation, private conservation units, environmental economics

### **INTRODUÇÃO**

A crescente ocupação do meio físico, com o desenvolvimento das cidades e aumento da população urbana, alterou de forma significativa a relação entre o homem e a natureza. As modificações da paisagem e a supressão das áreas de floresta têm ocasionado impactos negativos não apenas para os ecossistemas naturais, mas principalmente para a qualidade de vida humana.

Diversos são os benefícios proporcionados pela presença das áreas verdes em ambientes urbanos, entre os quais pode-se citar a regulação térmica, redução da poluição atmosférica, atenuação de ruídos, aumento da área permeável e atenuação do estresse psíquico de seus frequentadores. Apesar do reconhecimento dos benefícios gerados, observa-se que ainda são poucas as políticas públicas a nível nacional que garantem a boa gestão e manutenção das áreas verdes urbanas, principalmente no que diz respeito as áreas particulares, como é o caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (MARQUES et al., 2014).

As RPPNs constituem uma das categorias das unidades de conservação de uso sustentável, descrita no art. 21 da Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como sendo “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (BRASIL, 2000).

O município de Bauru, no estado de São Paulo, foi o pioneiro na criação de uma legislação sobre as RPPNs em meio urbano, sob a Lei nº 4679 de 18 de maio de 2001, que “institui o Código Ambiental do Município de Bauru criando o Programa de Reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Município de Bauru e dá outras providências” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2001).

Em Curitiba, criou-se o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC) sob a Lei Municipal 9.804 de 03 de janeiro de 2000, possuindo 9 categorias

de manejo. Foi somente em 2006, que por meio da Lei nº 12.080 de 19 de dezembro de 2006, foi criada legislação específica para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipais (RPPNMs) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000).

Atestada sua importância, observa-se, entretanto, que o sustento destas áreas depende exclusivamente do desembolso de seus proprietários, que apesar de serem beneficiados por uma série de incentivos fiscais, ainda mantém a integridade destes espaços naturais majoritariamente com recursos próprios. A forma como as pessoas utilizam desses espaços e manifestam seus interesses frente aos diversos serviços ecossistêmicos que a eles são oferecidos, pode ser mensurada pela ciência econômica por meio da valoração ambiental (COSTA et al., 2015).

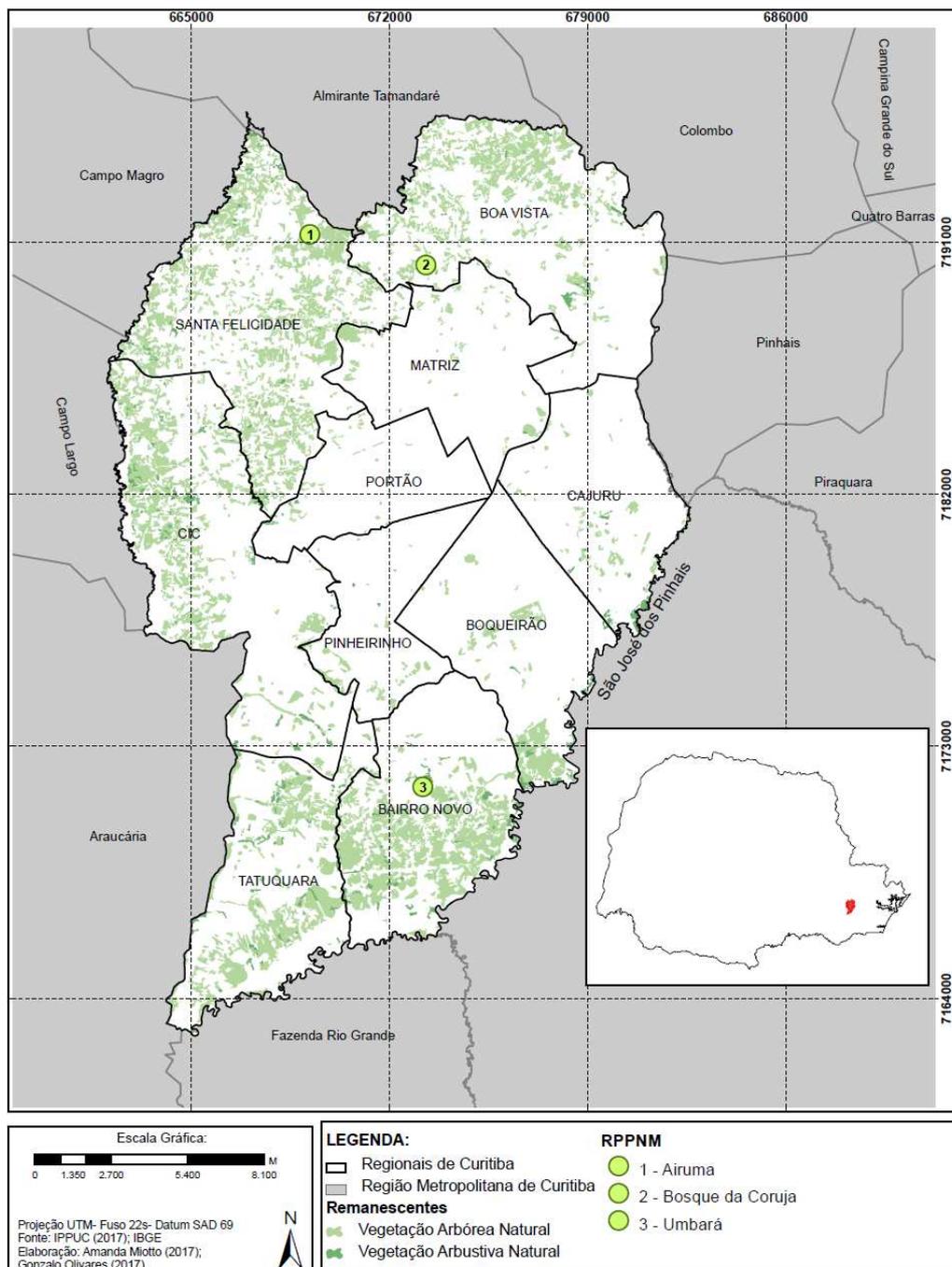
O Método de Valoração Contingente (MVC) constitui uma das técnicas que visa revelar as preferências da população por um bem ou serviço ambiental através de entrevistas pessoais, que estimam uma medida monetária para um ativo ambiental. Para a utilização do MVC, optou-se pela Disposição A Pagamento (DAP), que mede a máxima quantia que o entrevistado estaria disposto a pagar para a melhoria ou manutenção de um recurso ambiental (SILVA; LIMA, 2004).

Reitera-se que, apesar de serem consideradas áreas privadas, as RPPNs, assim como quaisquer outras categorias de unidades de conservação, geram benefícios não apenas para seus proprietários, mas sim para toda a sociedade. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi estimar a disposição a pagamento pelas pessoas residentes do entorno de três reservas particulares do patrimônio natural municipal em Curitiba, Paraná.

## **MATERIAL E METODOS**

### **Caracterização da área de estudo**

As RPPNMs Airumã, Bosque da Coruja e Umbará localizam-se no estado do Paraná, município de Curitiba, na unidade fitogeográfica denominada como “Floresta Ombrófila Mista”, também conhecida como floresta com araucárias, de domínio do bioma Mata Atlântica (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012) (Figura 1). A cidade conta com 46 unidades de conservação, sendo duas Áreas de Proteção Ambiental, 24 Parques, 18 Bosques, uma Estação Ecológica, um Jardim Botânico, um Refúgio de Vida Silvestre (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2015) e 17 RPPNMs decretadas por lei (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2017).



**FIGURA 1** Mapa de localização da área de estudo.  
**Fonte:** Os autores (2017).

As três RPPNMs possuem, em seus planos de manejo, ações voltadas para uso público já implementadas ou em processo de implementação, tais como educação ambiental, ecoturismo e recreação. Ambas as três se encontram em regiões distintas da cidade: RPPNM Airumã na regional Santa Felicidade, RPPNM Bosque da Coruja na regional Boa Vista e RPPNM Umbará na regional Umbará (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2013). Devido ao somatório de tais condições essas reservas foram selecionadas para a presente análise.

## **Coleta de dados e amostragem**

Os dados do estudo foram obtidos no entorno imediato das RPPNMs citadas anteriormente, no período de fevereiro a junho de 2017 através da aplicação de questionários. Este levantamento foi realizado nas residências dos moradores da comunidade de entorno imediato das RPPNMs, de segunda a sexta-feira, nos períodos da manhã e tarde, por voluntários previamente treinados. Utilizou-se um questionário semiestruturado constituído de diferentes blocos de perguntas abertas e fechadas, dentre os quais: i- dados do proprietário (nome, idade, sexo e endereço); ii- perfil socioeconômico (características econômicas da casa, tempo de residência no domicílio e município, número de pessoas residentes, renda da família, nível de instrução e ocupação); e iii- atividades recreacionais e disposição a pagamento, adaptado de Hildebrand et al., (2001). Todas as respostas foram sendo anotadas conforme as respostas dos moradores.

Por meio de amostragem para populações infinitas foram definidas 60 aplicações de questionários para as três reservas, sendo definidas quantidades iguais para cada uma delas. Foi considerado como entorno imediato a distância máxima de 2,0 km, metade da distância média de deslocamento de visitantes em parques de Curitiba obtida por Hildebrand et al. (2001). Para atingir maior representatividade da área total, tentou-se amostrar os domicílios de entorno imediato em todas as direções geográficas possíveis em relação aos limites das RPPNMs.

As faixas etárias presentes no perfil socioeconômico foram adaptadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) que são divididas em três classes: jovens (10 a 14 anos), população em idade ativa (15 a 69 anos) e idosos (acima de 69). Neste estudo, a faixa etária de jovens não foi entrevistada devido às perguntas de valoração contingente exigirem resposta de população economicamente ativa. A faixa de população em idade ativa foi fracionada em seis categorias para maior detalhamento dos dados.

Quanto ao nível de escolaridade, segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, a composição dos níveis escolares organizam-se em: i- educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e ii- educação superior (BRASIL, 1996). Posteriormente, os dados foram organizados e tabulados em planilhas Excel para análise por meio da estatística descritiva e agrupados em temas de significados semelhantes, seguindo a metodologia de categorização temática proposta por Bardin (2011)

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos levantamentos em campo, é importante salientar que 22 pessoas se recusaram a responder a entrevista e 70 pessoas não estavam em casa no momento das visitas. Logo, 60 questionários foram validados de forma que os entrevistados responderam todas as perguntas de forma integral.

### **Perfil socioeconômico**

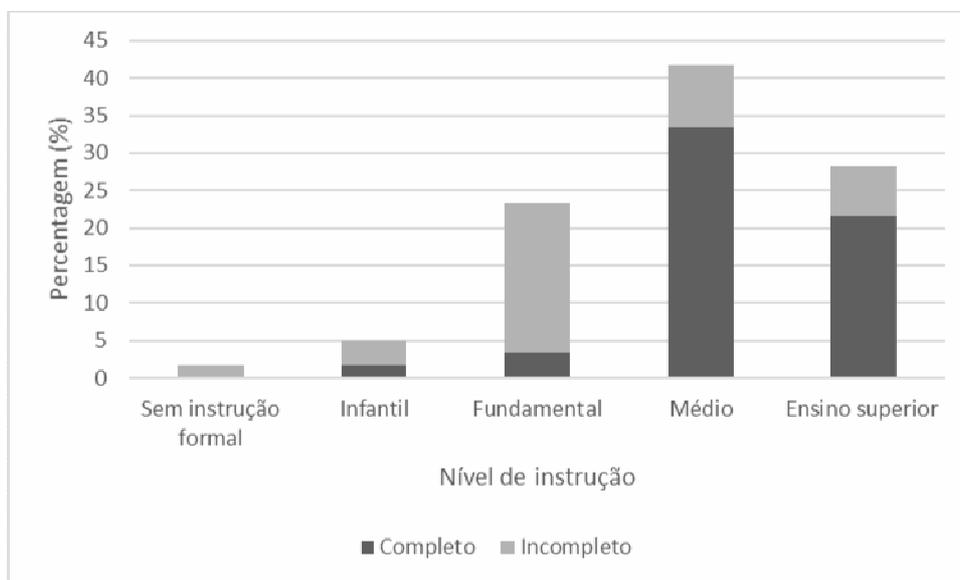
As 6 faixas etárias da população entrevistada podem ser resumidas de acordo com a Tabela 1. Do total de entrevistados, 35 pessoas (58%) são do sexo masculino e 25 (42%) do sexo feminino. A faixa etária mais representativa foi acima de 60 anos principalmente pelo fato das entrevistas serem realizadas em dias de semana e em

horário comercial, desta forma, a probabilidade de encontrar idosos aposentados cresce significativamente.

**TABELA 1** Distribuição das faixas etárias da população entrevistada.

Idade (anos)	N	Freq. (%)
15 a 19	3	5,00
20 a 29	9	15,00
30 a 39	9	15,00
40 a 49	10	16,67
50 a 59	10	16,67
60 ou mais	19	31,66
Total	60	100,00

Para a análise de nível de instrução dos participantes da entrevista foram encontradas diversas escolaridades diferentes (Figura 2). O nível mais representativo foi o de ensino médio completo (33,33%) seguido de ensino superior completo (21,67%). Esse número encontra-se bem distante do encontrado no estudo de Costa e Souza (2016) 46% disseram possuir curso superior completo e 21% responderam que tinham algum nível de pós-graduação.



**FIGURA 2** Nível de instrução dos entrevistados na comunidade de entorno das RPPNs Airumã, Bosque da Coruja e Umbará.

**Fonte:** Os autores (2017).

A ocupação dos entrevistados não teve uma grande amplitude de respostas, sendo que a maioria das ocupações puderam ser categorizadas em grupos semelhantes (Tabela 2). Quando questionadas sobre a sua ocupação atual, a

maioria das pessoas respondeu ser funcionário de algum estabelecimento (33,32%) ou trabalhar como autônomo (26,67%).

**TABELA 2** - Grupos de ocupação dos entrevistados

Ocupação	N	Freq (%)
Não trabalha	1	1,67
Pensionista	1	1,67
Profissional liberal	1	1,67
Desempregado(a)	2	3,33
Estudante	3	5,00
Aposentado(a)	7	11,67
Do lar	9	15,00
Autônomo(a)	16	26,67
Funcionário(a)	20	33,32
Total	60	100,00

### Atividades recreativas e valor atribuído a áreas verdes

Para detalhar as atividades recreativas dos entrevistados, realizadas ao ar livre, foram feitas perguntas de forma semiestruturada e as principais respostas foram categorizadas de acordo com a Tabela 3. As principais categorias de respostas para as atividades recreativas dos entrevistados foram caminhadas (45%) e esportes (16,67%).

**TABELA 3-** Principais atividades recreativas pelos entrevistados

Atividade ao ar livre	n	(%)
Música	2	3,33
Nenhuma	2	3,33
Fotografia	3	5,00
Corridas	4	6,67
Outro (horta/jardim/acad. ao ar livre/ginástica)	4	6,67
Contato com a natureza	8	13,33
Esportes	10	16,67
Caminhadas	27	45,00
Total	60	100,00

Quando questionados sobre as principais atividades recreativas realizadas durante o final de semana (Tabela 4), as principais respostas referiram-se a passar tempo na própria casa (36,67%), seguida de idas aos parques e áreas verdes do município (31,67%)

**TABELA 4** - Locais de lazer frequentados pelos entrevistados nos finais de semana

Local de recreação do fim de semana	n	(%)
Nenhum	2	3,33
Praia	3	5,00
Próprio bairro	3	5,00
Outros	5	8,33
Chácara/sítio/fazenda	6	10,00
Áreas verdes/parques	19	31,67
Em casa/própria casa	22	36,67
Total	60	100,00

Como forma de diagnosticar o conhecimento e relação das pessoas com as áreas verdes em geral (e.g. bosques, parques e praças), foi perguntado se seriam a favor da Prefeitura Municipal de Curitiba continuar investindo na criação e manutenção dessas áreas (Tabela 5). Como respostas positivas obteve-se um total de 88,33% (n=53) e como respostas negativas o percentual foi de 10% (n = 10). Uma pessoa (1,67%) não soube responder devido a não ter analisado de forma mais apurada os investimentos realizados pela PMC em cada setor público. Dos 88,33% que responderam positivamente para o investimento em áreas verdes, as respostas dos motivos foram variadas.

**TABELA 5-** Motivos pelos quais a população é a favor do investimento em áreas verdes

<b>Sim, porque?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Não sabe	1	1,89
Tudo (todas as alternativas)	2	3,77
Outros (religiosos e estudos)	2	3,77
Qualidade do ambiente	4	7,55
Melhoria da paisagem da cidade	4	7,55
Opções de lazer e recreação	11	20,75
Qualidade de vida da população	29	54,72
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,00</b>

No caso das respostas negativas ao investimento em novas áreas, como principais fatores foram citados por 5 (83,33%) dos entrevistados que outros setores deveriam receber prioridade e uma pessoa (16,67%) respondeu que já existem muitas áreas verdes no município.

### **Valoração contingente**

Os valores de disposição ou não disposição a pagamento foram perguntados aos entrevistados a nível diário (valor de entrada) e mensal (sem restrições de dias ao mês) para obter informações que subsidiem programas de sustentabilidade financeira desses espaços futuramente (Tabela 6). Os resultados obtidos evidenciaram que 39 (65%) pessoas estariam dispostas a pagar um valor de entrada diário para usufruir das RPPNMs de entorno e 20 (33,33%) dos entrevistados não estariam dispostos a pagar.

Uma pessoa (1,67%) sugeriu que a entrada funcionasse no sistema de colaboração espontânea, e o usuário determinaria qual o valor a ser pago de acordo com a sua renda e experiência de visita na reserva. Dentre as classes de valor perguntadas, a de maior frequência correspondeu ao valor de R\$ 5,00 (33,33%) seguida de R\$ 10,00 (11,67%).

Dos entrevistados, 6,67% estariam dispostos a pagar R\$15 ou mais pela entrada. No quesito de pagamento de taxa mensal para manutenção de áreas verdes, 26 entrevistados (43,33%) mostraram-se dispostos a pagar para poder usufruir das reservas. As classes de valores mais representativas foram as de R\$ 20,00 reais (11,67%) e R\$ 50,00 reais (11,67%), sendo que nenhum dos entrevistados citou a classe de R\$ 35,00 e R\$ 45,00 reais.

**TABELA 6-** DAP de valor de entrada diária e mensal nas RPPNMs de entorno

DAP diária			DAP mensal		
Valor em Reais (R\$)	n	%	Valor em Reais (R\$)	n	%
1	1	1,67	5	3	5,00
2	3	5,00	10	1	1,67
3	3	5,00	15	3	5,00
4	1	1,67	20	7	11,67
5	20	33,33	25	1	1,67
10	7	11,67	30	2	3,33
15	2	3,33	40	1	1,67
20	1	1,67	50	7	11,67
50	1	1,67	Acima de 50	1	1,66
Sem DAP	20	33,33	Sem DAP	34	56,66
Outros	1	1,66	Outros	0	0
Total	60	100,00	Total	60	100,00

Dentre os entrevistados dispostos a pagar, a DAP média diária encontrada foi de R\$ 7,43. Considerando o público total de dispostos e não dispostos ao pagamento, o valor passa a ser de R\$ 4,91. Como não há estimativa de público de visitação nas RPPNMs de estudo, assumiu-se o número de pagantes como equivalentes ao número de visitantes. Logo, se a visitação progredir para uma média de 39 pessoas por dia, a DAP média diária (R\$ 4,91) poderia ser extrapolada para o mês (30 dias) e é obtido um valor total de R\$ 5.744,70.

Para o período semestral atinge-se um valor agregado de R\$ 34.468,20 e para o ano (12 meses) um valor de R\$ 68.936,40. Na análise de DAP mensal, o valor decresce significativamente visto o baixo número de pessoas que estariam dispostas a pagar tal taxa. O valor mensal seria de R\$ 885,00, R\$ 5.310,00 para o semestre e de R\$ 10.620,00 para o ano completo.

Os motivos apontados pelos entrevistados para o não pagamento de entrada diária e mensal foram variados (Tabela 7). Desde motivos de crise financeira até motivos de acreditar que a visitação não possa funcionar. Na categoria "outros" seguiu-se também uma ampla gama de respostas como por exemplo: "  dever do proprietário investir na área"; "sou contra a propriedade privada" e até mesmo "  direito do morador utilizar as áreas verdes do município".

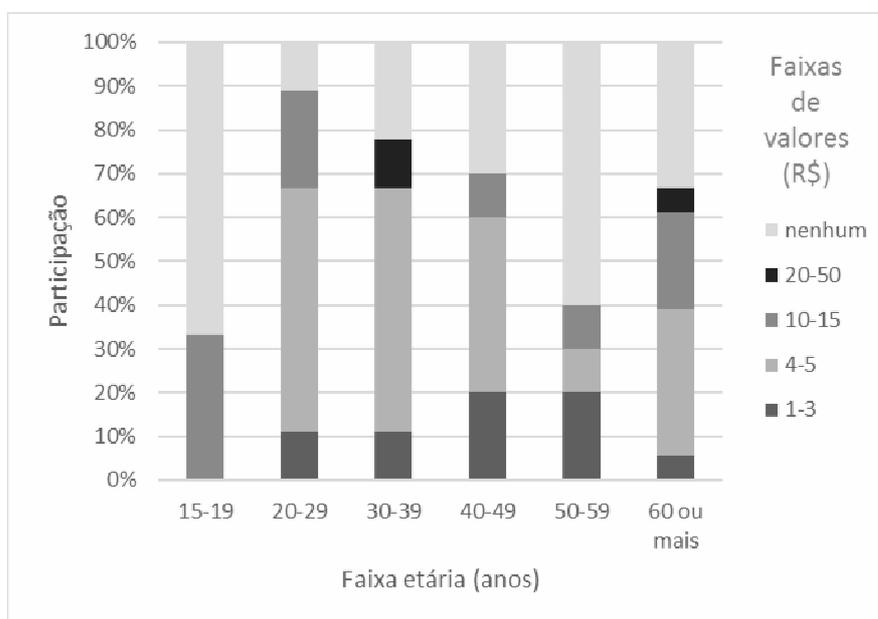
Os motivos para não pagamento da taxa mensal foram semelhantes aos apresentados pelo valor de entrada. Estes últimos resultados são definidos por respostas de protesto em rela o ao pagamento, e geralmente são encontrados quando o entrevistado se recusa a contribuir devido a problemas não relacionados à sua renda (COSTA; SOUZA, 2016). As frequências de respostas de protesto no presente trabalho assemelham-se às encontradas nos trabalhos de Souza e Lima (2004), Silveira e Cirino (2008) e Costa e Souza (2015).

**TABELA 7-** Motivos de não pagamento a taxa mensal nas RPPNMs

Motivo	DAP diária		DAP mensal	
	n	%	n	%
Afastaria o visitante	1	5,00	2	5,88
Crise financeira	3	15,00	5	14,71
Função da PMC	5	25,00	6	17,65
Impostos deveriam ser revertidos para áreas verdes	1	5,00	2	5,88
Não acredita que a visitação possa funcionar	2	10,00	2	5,88
Não acredita que é necessário pagar mais uma taxa	1	5,00	1	2,94
Não sabe no momento	1	5,00	3	8,82
Não visitaria com tanta frequência	1	5,00	5	14,71
Outros	5	25,00	8	23,53
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,00</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>

### Idade x DAP

Quando analisa-se a questão da idade do público, é possível notar que as idades dos entrevistados têm influência na disposição a pagamento (Figura 3). Os adultos jovens - na faixa etária de 20 a 29 anos - são os que possuem maior disposição a pagamento para visitação no intervalo de valores que variam de um até 15 reais. Na faixa etária de 50 a 59 anos notou-se a menor DAP e quando apresentam disposição a pagamento, a maioria teria maior disposição por valores baixos de um a três reais. Resultado semelhante ao encontrado por Costa et al (2015) em que 65% dos entrevistados na faixa etária de 20 a 35 anos teria disposição a pagar pelo Horto Florestal



**FIGURA 3** Faixa etária na disposição a pagamento  
**Fonte:** Os autores (2017).

### Renda x DAP

Quando a disposição a pagamento é analisada frente à renda dos entrevistados, é possível realizar diversas observações (Tabela 10). Primeiramente, a faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos contém ao mesmo tempo a maior parcela disposta a desembolsar um valor (23%) e a menos disposta a pagar um valor (13,6%). Também é possível notar que as faixas salariais acima de nove salários mínimos contém a parcela menos disposta dos entrevistados a pagar um valor de entrada. Este resultado é diferente do encontrado por Silveira et al., (2013) e Cirino e Silva (2008) , quanto maior a renda maior é a DAP visto que à medida que as necessidades básicas são atendidas a qualidade de vida por meio de melhorias ambientais é um fator almejado pela população. A faixa de valores de quatro a cinco reais é a mais citada dentre todas as faixas de renda.

**TABELA 8 - DAP por valor de entrada diária e renda dos entrevistados**

Salários mínimos	Faixas de valores de DAP diária (R\$) (%)					Total
	1 a 3	4 a 5	10 a 15	20 a 50	Sem DAP	
≤1	0,00	3,39	1,69	0,00	5,08	10,17
(1 a 3]	6,78	11,86	3,39	1,69	13,56	37,29
(3 a 6]	1,69	13,56	3,39	0,00	5,08	23,73
(6 a 9]	1,69	3,39	3,39	1,69	0,00	10,17
(9 a 12]	0,00	0,00	0,00	0,00	3,39	3,39
Acima de 12	0,00	0,00	3,39	0,00	0,00	3,39
Não informa	1,69	3,39	0,00	0,00	6,78	11,86
Total	11,86	35,59	15,25	3,39	33,90	100,00

### Nível de instrução X DAP

Dentre todos os níveis de instrução analisados para a DAP diária, foi possível observar que o ensino médio completo apresentou o maior percentual de disposição (33,9%). O ensino superior também apresentou alto índice de disposição (22%). Estes dois dados poderiam indicar que quanto maior o nível de instrução maior é o valor que as pessoas atribuem às áreas verdes, no entanto o ensino fundamental incompleto também apresentou um índice alto. Este resultado pode ser comparado ao encontrado por Silveira et al., (2013) em que não houve diferença estatística significativa para a instrução frente a DAP, visto que independentemente do nível de instrução, a população preocupa-se e mostra-se disposta na conservação da unidade em questão.

Outra observação importante é que em quase todos os níveis de instrução a faixa de valor de DAP diária foi de quatro a cinco reais, o que pode sugerir que mesmo que os diferentes níveis tenham atribuído importância às áreas naturais próximas de suas residências, esse valor ainda é baixo economicamente.

**TABELA 9 - Nível de instrução dos entrevistados e DAP de entrada diária**

Nível de instrução	Faixas de valores de DAP diária (R\$) (%)					
	1 a 3	4 a 5	10 a 15	20 a 50	Sem DAP	Total
Sem instrução formal	0,00	0,00	0,00	0,00	1,69	1,69
Infantil incompleto	1,69	0,00	0,00	0,00	1,69	3,39
Infantil completo	0,00	1,69	0,00	0,00	0,00	1,69
Fundamental incompleto	1,69	8,47	3,39	0,00	5,08	18,64
Fundamental completo	0,00	0,00	0,00	0,00	3,39	3,39
Médio completo	5,08	13,56	5,08	0,00	10,17	33,90
Médio incompleto	0,00	1,69	1,69	0,00	5,08	8,47
Superior incompleto	0,00	3,39	0,00	0,00	3,39	6,78
Superior completo	3,39	6,78	5,08	3,39	3,39	22,03
Total	11,86	35,59	15,25	3,39	33,90	100,00

### CONCLUSÃO

Com este estudo foi possível realizar uma análise da disposição a pagamento apresentada pelos moradores da comunidade de entorno de RPPNMs de Curitiba. Na análise dos dados obtidos foi possível concluir que grande parte dos entrevistados é a favor do investimento na criação e manutenção de áreas verdes como forma de melhorar a qualidade de vida da população. Também foi possível constatar que os entrevistados possuem interesse no pagamento para utilização e manutenção das RPPNMs, no entanto mais estudos devem ser realizados para verificar se o valor de DAP diário encontrado é capaz de suprir as demandas financeiras de manutenção das áreas.

### AGRADECIMENTOS

A população entrevistada que cedeu parte de seu tempo para fornecimento dos dados.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Valoração contingente da Área de Proteção Ambiental (APA) São José – MG: um estudo de caso. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.3, p.647-672, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000300004>>. doi: 10.1590/S0103-20032008000300004

COSTA, M. E. L. da.; SOUZA, R. A. T. de M. RIBEIRO, A. R. R.; PASA, M. C. Respostas de protesto na disposição a pagar espontânea e induzida nas técnicas de

lances livres e referendo pelo método de valoração contingente. **Biodiversidade**, v. 14, n. 1, p. 117 - 144, 2015. Disponível em: < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/3961>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

COSTA, M. E. L. da.; SOUZA, R. A. T. de M. Utilização de variáveis binárias como explicativas para a disposição a pagar manifestada pelos frequentadores de uma unidade de conservação urbana em Cuiabá – MT. **Biodiversidade**, v. 15, n. 2, p. 62 - 74, 2016. Disponível em: < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/3961>> Acesso em: 08 ago. 2017.

HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L. R.; MILANO, M. S. Distância de deslocamento dos visitantes dos parques urbanos em Curitiba-PR. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 76 - 83, jan./dez. 2001. Disponível em: < <http://www.floram.org/files/v8n%C3%BAnico/v8nunicoa10.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Listagem de RPPNs Municipais**. Curitiba-PR. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1502.html>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . **População, 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/default\\_caracteristicas\\_da\\_populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm)>. Acesso em: 27 jul. 2017.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano de Curitiba . **Pesquisas secundárias: retratos das regionais, 2013**. Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MARQUES, V.R; SILVA, L. F.; SANTOS, G. R .B.; GAMARRA, N .L. R. Uso de áreas verdes em Mogi Mirim: preferência da população. **REVSBAU**, Piracicaba - SP, v. 9, n. 4, p. 46 - 59, 2014. Disponível em: < <http://www.revsbau.esalq.usp.br/teste/ojs-2.3.7/index.php/REVSBAU/article/view/254>>. Acesso em: 23 ago. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, **Lei nº 4679 de 18 de maio de 2001**. Regulamenta o art. 20 da Lei Municipal 4.362 de 12 de janeiro de 1999 que institui o Código Ambiental do Município de Bauru criando o Programa de Reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Município de Bauru e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/sist\\_juridico/documentos/leis/lei4679.pdf](http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/sist_juridico/documentos/leis/lei4679.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Lei nº 9.804 de 03 de janeiro de 2000**. Cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2010/00086311.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2012/00125055.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação de Curitiba**. Departamento de parques e praças, 2015.

SILVA, R. G. da; LIMA, J. E. de. Valoração contingente do Parque Chico Mendes: uma aplicação probabilística do método Referendum com Bidding Games. **Revista de Economia Rural**, v. 2, n. 4, p. 685 - 708, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032004000400008>>. doi: 10.1590/S0103-20032004000400008

SILVEIRA, V. C.; CIRINO, J. F.; PRADO FILHO, J. F. Valoração econômica da Área de Proteção Ambiental estadual da Cachoeira das Andorinhas – MG. **Revista Árvore**, v. 37, n. 2, p. 257-266, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622013000200007>>. doi: 10.1590/S0100-67622013000200007

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 2, out. 2004. 40 p.